

**AMBIENTE** Projeto reduz reserva legal em propriedades na região amazônica

# Comissão aprova relatório de novo código florestal

VALÉRIA DE OLIVEIRA  
 FREE-LANCE PARA A FOLHA

Ambientalistas e o Ministério do Meio Ambiente foram derrotados ontem na votação do relatório que modifica o código florestal. O texto aprovado reduz de 80% para 50% os percentuais de reserva legal nas propriedades rurais na floresta amazônica e isenta propriedades com até 25 hectares de manter área de proteção.

O texto do deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR) é apoiado pelos ruralistas e foi aprovado por dez votos a favor, três contra e uma abstenção na comissão mista do Congresso que analisa a conversão em lei da medida provisória em vigor.

O diretor-executivo da WWF (Fundo Internacional para a Natureza), Garo Batmanian, afirmou que a floresta amazônica foi usada como "moeda de troca" na negociação do governo com a

bancada ruralista na votação do salário mínimo de R\$ 151.

O deputado Nelson Marquenezeli (PTB-SP), ruralista, já havia dito que os parlamentares ruralistas votariam contra o governo em outras votações caso perdessem a do código florestal.

O ministro Sarney Filho (Meio Ambiente) considerou a hipótese do acordo "absurda" e se recusou a comentar. Ele ficou no gabinete do pai durante a votação e disse que a proposta aprovada é "um retrocesso" em relação à MP do código florestal, que vem sendo reeditada há quatro anos.

Sarney Filho disse que conversou com Pedro Parente (Casa Civil) e Aloysio Nunes Ferreira (Secretaria Geral da Presidência) e afirmou que o governo "não aceita esse parecer (de Micheletto)".

O líder do governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM), foi à sessão para "deixar claro que os dados na ver-

são de Micheletto não contemplam o governo inteiramente". Adiantou que a partir de hoje o governo fará "negociação ampla".

Sarney Filho espera modificar o texto na votação em plenário, no dia 27 de maio. "A comissão tem apenas 14 membros e não representa o Congresso Nacional."

Após a aprovação do relatório, somente Micheletto pode fazer modificações. O deputado afirmou que está disposto a acatar sugestões de alteração, inclusive nos percentuais das reservas.

Os ambientalistas e o ministério eram a favor da proposta do Conama (Conselho Nacional de Meio Ambiente), apresentada como substitutivo pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), que previa mais reservas e punições.

Manifestantes de ONGs (organizações não-governamentais) ambientalistas foram impedidos de entrar no plenário para acompanhar as discussões e a votação

do relatório. Integrantes do Greenpeace colocaram mordaca preta para protestar.

Produtores rurais puderam entrar e distribuir panfletos. O presidente da comissão, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), disse que a proibição era de responsabilidade da segurança do Senado.

O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) disse, durante a discussão da proposta, que o Ministério do Meio Ambiente "segue, cegamente, instruções da WWF e do Greenpeace servindo, descaradamente, a interesses que não são os nossos (do país)".

Disse também que os desmatamentos na Amazônia "não são verdadeiros".

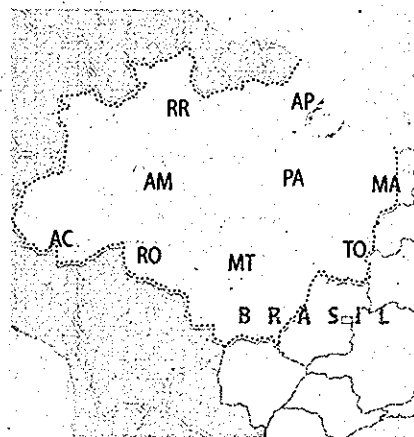
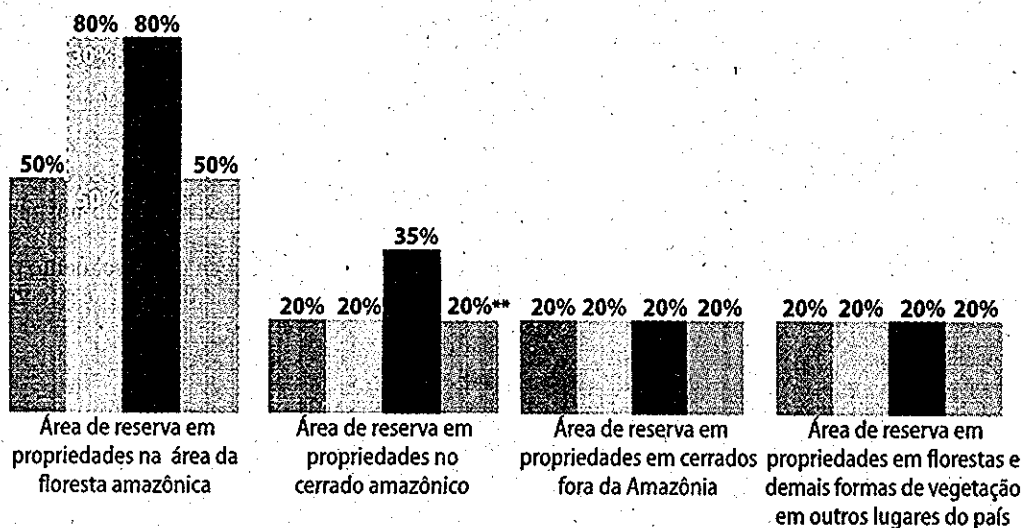
A senadora Marina Silva (PT-AC) disse que o Brasil, ao aprovar o relatório, "demonstrava que ainda não tem uma elite, mas uma oligarquia que quer o lucro fácil e imediato que vai alcançar, no máximo, os seus filhos".

Editoria de Arte/Folha Imagem

## COMO PODE FICAR A PROTEÇÃO FLORESTAL

Nova proposta altera percentuais de área de reserva em propriedades na Amazônia Legal.

■ O que diz a lei nº 4.771 ■ O que diz a medida provisória em vigor ■ O que propõe o Conama ■ O que propõe o relatório de Micheletto



Área que corresponde à Amazônia Legal

\*Percentuais de proteção são de 50% na área da floresta amazônica com adicional de mais 30% de área que só pode ser usada em atividades florestais. \*\*Nas áreas de cerrado do Amapá, Acre e Amazonas a área de reserva é de 35%.  
 Fonte: Conama e Ministério do Meio Ambiente